

Língua e brasilidade no pensamento linguístico dos anos 1940-1960

Cristine Gorski Severo¹

Ana Cláudia Fabre Eltermann²

Resumo: Neste artigo, discorremos sobre a relação entre língua e brasilidade nos discursos de “linguistas” dos anos 1940-1960, em consonância com um cenário político fortemente marcado pelos ideais nacionalistas. Esse período se caracteriza por ser a geração acadêmica da Linguística. Identificamos três orientações discursivas: defesa da unificação linguístico-cultural entre Brasil e Portugal; defesa linguística de uma diferenciação linguística entre Brasil e Portugal; defesa político-discursiva de uma brasilidade linguística. Averiguamos os argumentos utilizados, buscando compreender as relações de poder subjacentes a eles. Este artigo contribui para uma articulação entre políticas linguísticas e história política do português brasileiro.

Palavras-chave: Língua. Nacionalismo. Linguística. Poder.

Abstract: In this article, we discuss the relationship between language and brazility in the discourses of “linguists” from the 1940-1960, in accordance with a political scenario strongly influenced by nationalist ideals. This period is characterized by an academic generation of linguists. We identified three discursive frameworks: defense of a linguistic-cultural unification between Brazil and Portugal; defense of a linguistic differentiation between Brazil and Portugal from a structural perspective; defense of the idea of a Brazilian language from a political perspective. We explore the arguments that were used, seeking to understand the underlying power relations. This article contributes to an articulation between language policy and political history of Brazilian Portuguese.

Keywords: Language. Nationalism. Linguistics. Power.

Resumen: En este artículo, discorramos sobre la relación entre lengua y brasilidad en los discursos de “linguistas” de los años 1940-1960, en consonancia con un escenario político fuertemente marcado por los ideales nacionalistas. Este período se caracteriza por ser la generación académica de la Lingüística. Se identificaron tres pautas discursivas: la defensa de la unificación lingüística y cultural entre Brasil y Portugal; la defensa de la diferenciación lingüística entre Brasil y Portugal; la defensa político-discursiva de una brasilidad lingüística. Averiguamos los argumentos utilizados, buscando comprender las relaciones de poder subyacentes a ellos. Este trabajo contribuye a una relación entre las políticas lingüísticas y la historia política de portugués de Brasil.

Palabras clave: Idioma. Nacionalismo. La lingüística. Poder.

¹ Doutorado em Teoria e Análise Lingüística pela UFSC e pós-doutorado em Políticas Linguísticas pela Universidade da Pennsylvania. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina e é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.



Introdução

Neste texto, descrevemos e analisamos o pensamento linguístico brasileiro do período de 1940 a 1960. A escolha por este período se justifica: por um lado, trata-se de um contexto fortemente afetado pelos ideais nacionalistas e culturalistas de Getúlio Vargas, que ficou no poder entre 1930-1945 e entre 1951-1954; por outro lado, no campo linguístico-filológico, os anos 1940-1960 podem ser tomados, simbolicamente, como a fase acadêmica da linguística no Brasil, englobando uma “geração universitária” (ELIA, 1963; CASTILHO, 1962) que foi influenciada, entre outros, pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. Tal geração era composta por Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Sílvio Elia, Rocha Lima, entre outros. Neste texto, enfocaremos mais especificamente alguns trabalhos de Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Francisco da Silveira Bueno, Edgard Sanches e Arthur Neiva. Consideramos que tais trabalhos são emblemáticos para se analisar a maneira como os discursos de língua e brasilidade foram tecidos, ajudando a reforçar um dado imaginário sobre o que conta como português brasileiro.

Defendemos que a onda nacionalista desse período afetou e foi afetada pelos discursos linguísticos, fazendo com que a política linguística, neste cenário, estivesse a reboque da construção de um imaginário brasileiro. Como exemplo desta articulação, podemos mencionar a palestra “Uma política do idioma” conferida por Celso Cunha no Ministério da Educação e Cultura, em 1965, em que o linguista defende um estudo sistemático da língua portuguesa no Brasil, em consonância com o argumento de sobreposição dos “destinos da língua com os destinos da cultura de um povo” (CUNHA, 1965, p. 30). Também podemos mencionar os debates políticos em torno da nomeação da língua no Brasil nos anos 1930. Assumimos, também, que os anos 1940-1960 ainda ressoam uma visão bipolarizada de língua, conforme proposto por Gilberto Freyre (1930), entre uma língua popular e outra culta (SEVERO, 2018), que aciona a relação entre os elementos linguísticos portugueses, indígenas e africanos na construção de uma retórica sobre a brasilidade da língua portuguesa.

Embora nossa análise enfoque o trabalho de estudiosos da língua, não buscamos, com isso, uma personificação dessas reflexões, mas compreendemos que a

escolha desses autores está a reboque de uma concepção discursiva de autoria (FOUCAULT, 1992), em que o nome próprio não se direciona para um sujeito empírico, mas revela, neste texto, um dado funcionamento discursivo sobre a língua com efeitos sobre o regime de verdade que orienta tanto a constituição da linguística como um campo de saber no Brasil, como o próprio conceito de língua. Segundo Foucault (1999), dentre os elementos que caracterizam a política da verdade nas sociedades modernas está o papel desempenhado pelo discurso científico e pela instituição na legitimação do que conta como verdade; ademais, o discurso tido como verdadeiro é usado para fins econômicos e político, o que faz com que ele seja submetido a uma ampla difusão e circulação. No regime de verdade dos discursos, a verdade se torna objeto de debate político, a exemplo do papel que os discursos acadêmicos sobre a língua portuguesa desempenharam na configuração de uma ideia de brasilidade. Notamos que a língua brasileira, neste contexto, se inscreve como objeto científico, político, econômico e cultural, ajudando a definir um dado nacionalismo.

Na análise do pensamento linguístico dos anos 1940-1960, identificamos três orientações discursivas, que serão apresentadas a seguir: (i) uma corrente que busca atestar uma unidade linguística entre o português brasileiro e o europeu, negando as contribuições indígenas e africanas, como revelam os trabalhos de Serafim da Silva Neto e Silvio Elia; (ii) outra que busca afirmar uma diferenciação linguística entre as duas línguas portuguesas, a partir de critérios estruturais, reforçando uma ideia de nacionalismo e assimilando as contribuições indígenas e africanas à brasilidade, conforme Francisco Bueno; e (iii) uma terceira que busca uma diferenciação linguística entre Brasil e Portugal, a partir de critérios mais políticos do que linguísticos, reconhecendo as influências indígenas e africanas, segundo Edgard Sanches.

A afirmação de uma unidade linguística

Serafim da Silva Neto (1917-1960), em *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950), afirma que o português, por ser a língua dos colonizadores e também

língua literária, teria se difundido no Brasil paralelamente à constituição de uma ideia de “civilização”: “[p]ouco a pouco, no contato com os brancos e ao sopro das luzes das escolas, negros, índios e mestiços de toda a espécie foram aperfeiçoando a sua linguagem” (SILVA NETO, 1977 [1950], p. 92). Desse modo, mesmo reconhecendo a existência dos contatos étnicos, o pesquisador acredita em uma uniformidade do português no Brasil, que teria se conservado, sem a interferência das outras línguas presentes no território. O pesquisador, assim, afirma:

No português não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há são cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios (SILVA NETO, 1977 [1950], p. 96-97).

Para Silva Neto, as influências indígenas e africanas somente se dariam na “fala popular”, que acabariam por deturpar a pureza do idioma lusitano. Além disso, o pesquisador questiona as teses chamadas por ele de indiófilas e negrófilas, que tinham uma proposta de afirmação de uma língua verdadeiramente brasileira.

Na visão do autor, a língua portuguesa teria se tornado, no Brasil, a língua predominante devido a uma “vitória” sobre as outras línguas consideradas “exóticas”, pois a população em geral teria optado pela língua que estava associada ao prestígio. Assim, para o pesquisador, não teria havido uma imposição do português, mas sim uma escolha feita pelas pessoas:

O grupo superior ou dominante estava associado ao uso do português e à pele clara, enquanto o grupo social inferior estava ligado à pele escurecida e ao uso do crioulo ou do tupi. Todavia, a vitória do português não se deveu à imposição violenta da classe dominante. Ela explicou-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização (SILVA NETO, 1977 [1950], p. 61).

Presenciamos, com Silva Neto, o argumento de uma diferenciação entre o popular e o culto, e entre as modalidades falada e escrita, bem como uma articulação da ideia de prestígio com uma dada concepção de civilização. Silva Neto aciona o argumento racial, vinculado à cor da pele, como critério de diferenciação linguística. Consideramos que esta racialização da língua, que também se identifica nos trabalhos de Gilberto Freyre (1933), ajuda a configurar uma forma de racismo linguístico

(SEVERO, 2015; ALIM; RICKFORD; BALL, 2016), que ainda reverbera em tempos contemporâneos.

Em outro estudo anterior, intitulado *O português do Brasil* (1940), Silva Neto já havia afirmado a existência de uma unidade linguística entre Brasil e Portugal. Começando com a questão da norma linguística, o pesquisador considera que “os brasileiros cultos obedecem tanto às normas da língua comum quanto os portugueses instruídos” (SILVA NETO, 1940, p. 366). Assim, embora reconheça que “a linguagem falada de nossa terra, em virtude de múltiplos fatores, tomou cunho próprio, diverso da portuguesa” (SILVA NETO, 1940, p. 367), Silva Neto acredita que esse fato não pressupõe a existência de um “idioma brasileiro”. Desse modo, o que haveria seria um estilo peculiar brasileiro, que se alimentaria na linguagem falada; “*língua portuguesa, mas linguagem brasileira*” (SILVA NETO, 1940, p. 367, grifo do autor). Dessa forma, aponta que “[n]o Brasil impera a língua portuguesa [...] A pretensa *língua brasileira* é pesadelo que nem se deve levar em conta” (SILVA NETO, 1940, p. 369, grifo do autor). Identificamos, em Silva Neto, uma diferenciação entre as ideias de estilo e de sistema, sendo a variabilidade e a diversidade abordadas como questão estilística. O estilo e a variabilidade, portanto, estariam dissociados do sistema e da gramática. Veremos que esse argumento de dissociação entre os dois elementos instaura uma hierarquia naquilo que conta como língua – sistema – e o que conta como idiosincrasias, regionalismos ou africanismos.

De forma semelhante, Sílvio Elia (1913-1988) afirma, em *Teremos um novo ocidente?* (1940), que não seria possível falar em “língua brasileira”, como uma língua de cultura ou de civilização, pois isso faria supor um rompimento com o Ocidente. Segundo Elia, não haveria, na América, uma cisão com a cultura ocidental, que faria esse continente ter uma evolução à parte, mas sim uma integração cada vez maior entre essas civilizações. Elia acaba, assim, afirmando uma unidade linguística da língua portuguesa, relegando as diferenças à dimensão do estilo:

Concluimos pela *unidade lingüística* entre Portugal e o Brasil. Simultaneamente estabelecemos a *diversidade estilística* entre os dois países. Não que haja um estilo *nacional*, com caracteres definidos, que tenha de romper os quadros da gramática portuguesa. Isso seria o mesmo que afirmar a diversidade cultural e nós verificamos que, longe disso, o Brasil cada vez se integra mais na civilização do Ocidente. Como, porém, o brasileiro já vai

apresentando uma nova mentalidade – *americana*, em contraposição à europeia, e *romântica* em antagonismo com a *clássica* – essas variedades se infiltram em todas as nossas manifestações de cultura, inclusive a língua (ELIA, 1940, p. 452, grifo do autor).

Desse modo, percebemos que Sílvio Elia, ao mesmo tempo que reconhece uma diferença existente entre Brasil e Portugal, cultural e linguística, não deixa de afirmar uma unidade entre os dois países, que seria legitimada pela ideia de um mesmo sistema linguístico compartilhado. Diante disso, a unidade linguística estaria atrelada a uma unidade cultural e civilizatória.

Para Sílvio Elia, a língua portuguesa no Brasil teria sofrido um processo de crioulização leve que não teria se consolidado, deixando vestígios linguísticos, que seriam as diferenças encontradas em relação à língua portuguesa europeia. Segundo o pesquisador, as gramáticas das línguas teriam se mantido semelhantes e a fonética, ao contrário, teria se diferenciado em alguma medida. Verificamos, em Sílvio Elia, uma outra hierarquização entre os elementos da língua: enquanto a gramática é acionada para legitimar o sistema – e a unidade – daquilo que conta como língua no Brasil e em Portugal, a fonética (juntamente com os elementos suprasegmentais), seria acionada para definir os tais “vestígios” linguísticos, que comportariam as heranças indígenas e africanas, sendo da ordem do estilo e não do sistema.

Identificamos, ainda, uma outra cisão conceitual: a relação entre urbano e rural e a articulação desses com a ideia de prestígio. Elia afirma, por exemplo, que teria se formado, no meio urbano, uma elite intelectual que teria preservado a língua portuguesa “superior”, a partir da qual teria se formado a norma culta brasileira. No meio rural, a língua teria se “democratizado”, a partir de um contato “nivelado” entre senhores e escravizados, causando um processo chamado por ele de “mutilação linguística”, e se difundido para o resto do Brasil. A linguagem rural brasileira seria, portanto, uma mistura de formas antigas portuguesas que teriam se arcaizado na língua padrão pelas alterações feitas pelos falantes.

Podemos constatar que a língua portuguesa, em Silva Neto e Elia, se torna signo de um discurso político que reforça binarismos e hierarquizações sociais ainda existentes contemporaneamente. Além disso, os autores propõem, através da língua, um elo entre Brasil e Portugal, com o objetivo de afirmar a existência de semelhanças

entre o país sul-americano, que ainda está em processo de construção de sua nacionalidade, com a Europa. Embora a concepção de uma brasilidade linguística tenha passado por diversos momentos – de construção, estabelecimento, afirmação –, ela é perpassada nesses autores por uma necessidade de europeização ou de branqueamento, o que muitas vezes pressupõe uma negação ou uma diminuição da importância das línguas indígenas e africanas na constituição dessa brasilidade.

A ideia de uma unidade linguística entre o português do Brasil e o português da Europa pressupõe uma homogeneização, o que inclui, também, a própria ideia do que se entende por Brasil e por Portugal. Contudo, acreditamos que o conceito de homogeneização pode atuar em diferentes níveis, estabelecendo uma relação constitutiva com a dispersão ou diversificação. Se, por um lado, a homogeneização linguística entre Portugal e Brasil, através da ideia de sistema comum, relega a heterogeneidade ao lugar discursivo de “vestígios e mutilação” linguísticos; por outro, verificamos que a própria ideia de “português brasileiro” também supõe a construção de uma dada unidade, em que a diversidade passa a ocupar um outro papel. Assim, discursos de homogeneidade e heterogeneidade constituem dois lados de uma mesma moeda, sendo que a relação entre eles não é estática, mas se desloca conforme os usos políticos e econômicos que são feitos deles. Consideramos, pois, que os autores mencionados nesta seção contribuem para constituir um regime de verdade sobre a uma dada homogeneidade da língua portuguesa a partir das ideias de sistema e estilo. Tal regime de verdade produz efeitos de poder (FOUCAULT, 1999), a exemplo de uma hierarquização linguística entre homogeneidade e heterogeneidade, estando esta relegada ao lugar dos vestígios e mutilações linguísticos.

A diferenciação linguística a partir de critérios estruturais

Com uma perspectiva diferente, Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), em 1955, publicou *A formação histórica da língua portuguesa*, em que buscou traçar uma visão geral da evolução histórica do português. A obra de Silveira Bueno reflete o pensamento presente no governo centralizador de Getúlio Vargas desde os anos 1930,

em que a relação entre identidade e língua passa a ser mediada pelo Estado, através, por exemplo, das campanhas de nacionalização do ensino, como a Reforma Capanema de 1942 (SANTOS; MUELLER, 2009). Assim, o português é tomado como elemento representativo da nacionalidade, sendo elevado ao status retórico de língua nacional.

Nessa perspectiva, evidenciamos em discursos de linguistas um interesse por se diferenciar a língua falada no Brasil daquela falada em Portugal, de modo a se inventar uma brasilidade linguística, ou seja, uma língua especificamente brasileira. Sobre as diferenças linguísticas, afirma Bueno: “Neste ponto o Brasil já se vai diferenciando grandemente de Portugal, construindo a sua sintaxe própria, olhada pelos portugueses como solecista e pelos brasileiros como nacionalista” (BUENO, 1958 [1955], p. 282). Identificamos aqui, diferentemente dos autores anteriores, o reconhecimento de dois sistemas linguísticos diferentes, o brasileiro e o português. Trata-se de inscrever uma dada heterogeneidade em um discurso de português homogêneo, dando a ver a diferença como da ordem do sistema e não, “apenas”, do estilo. Veremos como essa interpretação de Bueno aborda os elementos africanos e indígenas na construção de um imaginário de língua portuguesa brasileira.

Embora Bueno ratifique a diferença estrutural entre as duas línguas portuguesas, o autor mantém algum resquício do discurso da unidade estrutural, acionando a morfologia como elemento unificador:

[...] o português-brasileiro compete valentemente com o de Portugal, apresentando, sobretudo, na América, maior interesse comercial e literário do que o tipo europeu. A sua diferenciação, sobretudo, na fonética, na semântica e no número de vocábulos, é tal que muitos nacionalistas já decretaram que seja *língua brasileira* e não mais *língua portuguesa*. Todavia, a parte morfológica permanece a mesma e a sintaxe, se já apresenta numerosos tipos de regência, concordância e colocação, desconhecidos em Portugal, mantém ainda outros que reproduzem os da língua arcaica, justamente aquela que aqui entrou com a colonização (BUENO, 1958 [1955], p. 306, grifo do autor).

A partir do reconhecimento das diferenciações fonéticas entre as línguas, Bueno avança em seu argumento sobre a dificuldade de se eleger uma dada variedade escrita unificada entre Portugal e Brasil. O registro ortográfico se torna, então, o lugar de inscrição do debate entre unificação e dispersão, tema que atravessou o século XX (e início do XXI), com uma série de polêmicas sobre a unificação ortográfica, a exemplo

do Formulário Ortográfico de 1943. Sobre a dificuldade de uma “solução” para o problema da unificação, Bueno (1958 [1955], p. 289) afirma:

Um dos pontos mais difíceis de solução é justamente a concordância da escrita entre Portugal e Brasil, já que os hábitos lingüísticos diferem muito num e noutra território do português. Tal dificuldade se tornará insolúvel se a base do sistema for a pronúncia: os timbres vocálicos já diferem por tal maneira entre os dois países que será impossível determinar grafias perfeitamente aceitáveis. Entre as consoantes há também discrepâncias, especialmente no caso das consoantes proferidas em Portugal e mudas no Brasil. Como a grafia não impede que a língua seja a mesma, a solução mais acertada há de ser que cada povo tenha o seu sistema gráfico, assim como já tem cada um o seu sistema fonético, o seu sistema sintático, aquele já perfeitamente diversificado, este em contínua diversificação. Fora deste critério, jamais terminarão as discussões, jamais se conseguirá a tão almejada, mas desnecessária unidade lingüística tão perfeita quanto a quer Portugal embora os fatos não confirmem tão grato desejo [...] Sem este alvitre, ficaremos nessa contínua substituição de acôrdos e de desacôrdos, firmados por Academias que ainda não recebem obediência da parte do povo, dos próprios escritores.

Sobre o papel das línguas indígenas na construção de uma ideia de brasilidade linguística, Bueno elenca o léxico como elemento aglutinador dessa diferença: “A maior diferença está no vocabulário. A contribuição tupi-guarani é simplesmente numerosa. Podemos construir períodos, páginas, com tantos elementos indígenas que serão de difícil compreensão em Portugal” (BUENO, 1958 [1955], p. 308-309). Verificamos que o léxico, diferentemente da fonética e da prosódia, passa a desempenhar um papel relevante na retórica que define a diversidade linguística brasileira na sua relação com as ditas heranças indígenas e africanas.

Embora reconheça a contribuição do indígena nessa particularização do português do Brasil, o pesquisador diminui a importância da influência africana nesse processo: “O elemento africano, trazido pela escravidão aqui instaurada pelos portugueses, deixou apenas algumas contribuições ao léxico e nenhuma existente na fonética” (BUENO, 1958 [1955], p. 309). A explicação para a pouca influência africana estaria, para o autor, na interrupção do contato entre o continente africano e o Brasil, que teria impossibilitado a renovação dessa contribuição linguística. Assim, os descendentes de africanos de segunda geração já não conheceriam a língua dos pais e os de terceira já estariam “assimilados” linguisticamente. Além disso, Silveira Bueno afirma que o chamado “elemento negro” já era numeroso em Portugal muito antes da

colonização, de modo que não poderia ser considerado um fator diferenciador. Dessa forma, argumenta:

Por êstes fatos, todos os livros anteriores, tais como: “O Elemento Negro” de João Ribeiro (Rio – sem data). “O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa” de Jacques Raimundo (Rio – 1933). “A Influência Africana no Brasil” de Nina Rodrigues (1932), foram exagerados, apresentando muitas fantasias a que não correspondem os fatos lingüísticos. O africano entrou aqui como superstrato e para que um superstrato possa influir na evolução de um idioma, como se deu com o germânico na França, é necessário quantidade e persistência. Os africanos foram, relativamente, poucos, divididos em diversos falares nativos, e não tiveram a persistência por lhes faltar o contacto ininterrupto com as fontes dos idiomas negros. Se a assimilação racial não conseguiu extingui-los completamente, diminuiu-lhes intensamente o número, sendo muito mais numerosos os mulatos do que os negros puros (BUENO, 1958 [1955], p. 309-310).

Podemos observar como Silveira Bueno praticamente invisibiliza a importância das línguas e práticas linguísticas africanas na constituição da ideia de um português brasileiro, chegando mesmo a afirmar que eram poucos numericamente. O pesquisador ignora, assim, a realidade do país, que contava com um grande contingente de descendentes de africanos, totalizando em torno de quatro milhões de pessoas trazidas ao Brasil entre os séculos XVI e XIX (CASTRO, 2011). Mesmo o questionável censo apontava que 37,5% da população nacional se declarava negra ou parda na década de 1950 (BRASIL, 1956). Ademais, aquelas obras mencionadas por Bueno como sendo “exageradas” – O Elemento Negro”, “O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa” e “A Influência Africana no Brasil” – têm sido sistematicamente retomadas e atualizadas por pesquisadores brasileiros, a exemplo dos trabalhos de Yeda Pessoa de Castro que, desde os anos 1970, tem se dedicado a analisar as africanias, entendidas como “o legado linguístico-cultural negroafricano nas Américas que se converteu em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que, no Brasil, nos identifica como brasileiros” (CASTRO, 2016, p. 11). Entendemos que a série discursiva sobre as africanias no Brasil deve ser vista paralelamente às orientações discursivas que estamos explorando neste artigo³. A título de exemplificação de uma abordagem contemporânea contrastante com a visão de Bueno sobre as heranças africanas, Castro (2011, p. 5) afirma:

³ Para maiores informações sobre este assunto, conferir ELTERMANN (2018) e SEVERO (2015a).

Por extraordinária coincidência, no confronto continuado do português com falantes de línguas angolanas, majoritários à época, em lugar de emergir um conflito por falta de inteligibilidade entre seus utentes, donde a necessidade de comunicação faria emergir um outro falar, um crioulo como se verifica no Caribe, ocorreu um movimento de africanização do português, por um lado, e, por outro, a imantação pelo português das línguas negro-africanas, em razão de semelhanças estruturais, casuais, mas notáveis, entre o português antigo e aquelas línguas do grupo banto que então foram mais faladas também em seu aspecto arcaizante.

Observamos ainda que Bueno retoma os discursos rácio-biológicos típicos da segunda metade do século XIX e início do XX para justificar uma suposta “assimilação racial” que não teria conseguido “extinguir” os negros africanos, mas teria diminuído o seu número, de modo que os negros ditos “puros” estariam desaparecendo, restando uma quantidade maior de “mulatos”. Tais discursos raciais e racistas afirmavam uma superioridade da raça branca em relação à negra e um futuro branqueamento da população brasileira, a partir da imigração maciça de europeus, que acabariam se disseminando e, em algum momento, diluindo a raça negra na branca através da miscigenação. Encontramos essa abordagem, por exemplo, em um estudo publicado por Sílvio Romero, intitulado *História da literatura brasileira*, de 1888:

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir [...] O Brasil não deve contar seriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura [...] As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães (ROMERO, 1888, p. 20-21).

Vale mencionar que a teoria de miscigenação linguística, paralelamente a uma miscigenação racial, não foi reverberada da mesma forma pelos linguistas brasileiros dos anos 1940-1960 (SEVERO, 2015). Note-se a maneira como diferentes enunciados científicos – miscigenação racial e mistura linguística – compartilham um regime de verdade semelhante (FOUCAULT, 1999), ao colocarem em tela a questão racial como elemento diferenciador ou qualificador.

Ainda sobre um sistema de hierarquização presente nos discursos de Bueno sobre as ditas heranças africanas, registre-se a ideia de inferioridade – típica dos

discursos rácio-biológicos – e de redução do léxico a um elemento acessório na definição do que conta como língua:

Outra qualidade que se requer de um superstrato é que apresente afinidades, se não superioridade lingüística, comparado ao idioma sobre o qual deverá influir [...] Os falares africanos eram de outro tipo lingüístico e notavelmente inferiores ao português: como poderiam ter influído? É necessário estudar o fenômeno à luz da lingüística e não da fantasia. Por isto dizemos que a contribuição foi apenas lexical e, assim mesmo, insignificante (BUENO, 1958 [1955], p. 309-310).

Percebemos, nesta série discursiva, uma diferenciação entre as línguas portuguesa brasileira e europeia a partir da defesa de dois sistemas linguísticos diferentes. Essa diferenciação estrutural fortalece os argumentos políticos de construção de um imaginário de brasilidade, em que a língua opera como traço distintivo e singularizador do que conta como brasileiro, em oposição ao português. Ocorre que essa diferenciação não ressoa internamente, o que faz com que as influências indígenas e africanas sejam tratadas como acessórias – majoritariamente “lexicais” – em relação aos demais elementos. Ademais, verifica-se uma hierarquização do elemento indígena em relação ao africano, em que este último é silenciado e invisibilizado a partir de abordagens rácio-biológicas que ajudaram a legitimar o elemento negro como inferior. Registre-se a maneira como discursos sobre a língua dos anos 1950 reverberam ideologias rácio-biológicas típicas da ciência brasileira do século XIX, ilustrando a maneira como construções terminológicas aparentemente progressistas podem estar impregnadas de visões supostamente ultrapassadas.

A diferenciação linguística a partir de critérios discursivos

Edgard Sanches (1891-1972), em *Língua brasileira* (1940), defende que há, no Brasil, uma autonomia linguística e que seria possível afirmar a existência de uma “língua brasileira”. Segundo o pesquisador, o *meio* teria uma grande influência na diferenciação entre as línguas, pois a partir da separação entre dois territórios, a bifurcação linguística seria inevitável.

Além disso, Sanches confere um grande destaque ao papel do léxico, afirmando que é por meio dele que os fatores externos atuam mais fortemente na língua, pois seria nele que se manifestariam os costumes, as crenças e a cultura de uma nação. Assim, o léxico passa de acessório para central, pois o foco deixa de ser o sistema (estrutura) para recair sobre o discurso (significação). O pesquisador chega a afirmar que “duas línguas que divergissem totalmente apenas no léxico, seriam forçosamente duas línguas diversas e distintas” (SANCHES, 1940, p. 441). O vocabulário seria, para Sanches, algo que daria uma “fisionomia própria” à língua do Brasil e que a tornaria inconfundível com a língua falada em Portugal.

A visão mais discursiva de Sanches, focada na significação, também se inscreve na diferenciação política entre língua e dialeto:

Verificamos a inteira impossibilidade de os distinguir, se os quisermos extremar à luz de critérios exclusivamente lingüísticos. Só os dialetos são uma realidade na vida da linguagem. Conquanto possamos chamar língua a qualquer “corpo de expressões que serve de instrumento e de meio de comunicação do pensamento a uma sociedade, por mais pequena e humilde que seja”, a ninguém lembraria, fora de uma página técnica, chamar *dialeto* ao idioma de um país. Por virtude apenas política deixa um dialeto de ser *dialeto* para ser considerado *língua*. Dialeto de nação soberana é *língua*. Da mesma sorte torna uma língua à condição de *dialeto*, quando a gente que a fala deixa de formar uma nação soberana. A nossa língua nacional é um dialeto do português. A filologia portuguesa, de há muito, não a tem noutra conta. Mas o nosso dialeto é o idioma de um povo livre e soberano. Da nossa soberania política resulta a independência do nosso dialeto. O *dialeto brasileiro é a língua brasileira* (SANCHES, 1940, p. 442, grifo do autor).

Assim, para Sanches, seria necessário distinguir a “língua portuguesa” de uma dada “língua brasileira”, não somente por critérios linguísticos, mas também discursivos e políticos. Da mesma forma, a gramática portuguesa não deveria ser servilmente seguida, pois esta colocaria a língua brasileira em um molde da escrita clássica portuguesa, retirando as “formas originais” da fala do Brasil. Desse modo, os gramáticos brasileiros seriam os grandes culpados pela prisão de si mesmos, por desprezarem a *língua popular*,

que irrompe, forte, viva, numa caudal maravilhosa, cheia de naturalidade, de riquezas idiomáticas, que alargam o vocabulário, transformam a sintaxe, e exprimem, na sua brasilidade, a feição do nosso modo de pensar e de sentir (SANCHES, 1940, p. 444).

Percebemos, aqui, a relação entre a expressão oral e um dado modo de compreensão do mundo; tal dimensão discursiva produziria efeitos, segundo Sanches, sobre o sistema linguístico, que incluiria tanto a gramática como o léxico. Esse autor, portanto, parece embaçar as fronteiras que definem o que conta como língua, colocando em mesmo plano a língua e o discurso.

Sobre as influências indígenas e africanas na língua falada no Brasil, afirma Sanches (1940, p. 445): “idioma que aqui vige e vive, formado da evolução em nossa terra da língua dos colonizadores, sob as influências do tupi e dos dialetos africanos que para cá vieram com os escravos, idioma que todos falamos”. Assim, diferentemente da perspectiva de outros pesquisadores da época, Sanches não restringe a influência indígena e africana à fala popular, mas a estende à língua falada por todos. Perspectiva similar é contemporaneamente proposta por Castro (2011; 2016), que defende que as influências africanas no português brasileiro não podem ser socialmente distinguidas, o que fragiliza uma dada visão racializada de língua, uma vez que aquelas influências afetariam todos os falares no Brasil. Ademais, Sanches parece não reproduzir o argumento que articula os elementos linguísticos indígenas e africanos com a concepção de uma variedade popular, como se esta fosse mais indígena e africana, diferentemente da variedade culta, que seria mais aportuguesada.

Artur Neiva (1880-1943), em *Estudos da língua nacional* (1939), apresenta uma perspectiva semelhante, afirmando a influência indígena e africana na língua falada no Brasil:

A língua dos primitivos habitantes da nossa terra perpetuou-se num vocabulário imenso, dando origem, inclusive, a um grande número de verbos e deve ter influído até na construção da frase, como lembro em exemplos que me ocorreram e outros já denunciados por escritores (NEIVA, 1940 [1939], p. XXI).

Houve, mesmo, quem tivesse a coragem de afirmar que a língua africana não atuou no nosso falar, quando se vê, no entanto, que deixou impressão inapagável no nosso modo de dizer, não só como contingente vocabular como até na construção (NEIVA, 1940 [1939], p. XXIII).

Além de considerar essas contribuições, Neiva também contesta a ideia de unidade linguística entre Brasil e Portugal e afirma ser necessário modificar a forma como os estudos linguísticos são realizados no país pelos pesquisadores:

Nossos filólogos, gramáticos e estudiosos que atestem este fenômeno e proporcionem à nossa juventude compêndios gramaticais que digam muito mais da realidade nacional. Numa época em que tudo se remodela, e quando as transformações chegam aos mais afastados e remotos pontos do mundo, não é possível continuarmos com a superstição dos clássicos e dos moldes que impuseram, que longe de serem uniformes, freqüentemente se contradizem (NEIVA, 1940 [1939], p. 63).

Sanches e Neiva, assim, compartilham uma visão diferente de alguns autores, como Silva Neto e Elia, por romperem com a noção de unidade linguística entre Brasil e Portugal, percebendo o caráter político da língua e valorizando as falas populares e a influência dos elementos indígenas e africanos. Podemos, também, perceber que Sanches e Neiva apresentam uma concepção de língua bastante influenciada pelo governo de Getúlio Vargas, em sintonia com uma política nacionalista, em que a dimensão popular ganha uma representação simbólica relevante, como marca de brasilidade. Essa influência, talvez, tenha ocorrido pela relação que ambos tiveram com a política da época. No prefácio de *Estudos da Língua Nacional* (1940 [1939], p. XI), Neiva explicita as condições de produção de sua obra:

de algum modo, o presente trabalho se prende à assinatura que dei a uma emenda relativa à criação da língua brasileira, apresentada à Assembleia Constituinte de 1934 e da qual fazia parte como representante da Bahia.

Sanches também exerceu papel político, tendo sido deputado na Assembleia Nacional Constituinte. A obra *Língua Brasileira* constituiu parte do parecer apresentado por Sanches para a Câmara Federal, na ocasião de debate do projeto de lei que propunha a mudança do nome da língua do Brasil: “O que escrevemos destinava-se a um parecer acerca de um projeto legislativo, que mandava dar ao idioma falado no Brasil, à língua nacional, a denominação de língua brasileira” (SANCHES, 1949, p. 187). Esse intelectual também foi membro da Academia de Letras da Bahia e proferiu um discurso de homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas no Instituto Nacional de Ciência Política, em 1942.

Essa sobreposição entre os papéis de intelectual e de político foi bastante característica do período nacionalista da Era Vargas. Velloso (1987, p. 3) afirma que a partir dos anos 1930, os intelectuais no Brasil “passam sistematicamente a direcionar a

sua atenção para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação”. Ademais, a partir do modernismo, a ideia de popular, através de uma construção ideológica, começa a ganhar uma carga de positividade e as manifestações da cultura popular passam a ser a pista para se conhecer e revelar o Brasil “autêntico”. Assim, “a cultura popular é vista como expressão do genuinamente nacional, cabendo ao Estado a função de resguardá-la das invasões ‘alienígenas’, sejam elas externas ou internas” (VELLOSO, 1987, p. 49). Desse modo, a afirmação de uma *língua brasileira* se insere em uma perspectiva discursiva que busca reforçar uma ideia de nacionalidade, valorizando (e inventando) o que conta, inclusive, como popular. Identificamos, aqui, a maneira como a “economia da verdade” se submete a um dado poder político e econômico (FOUCAULT, 1999).

Palavras finais

Neste texto, apresentamos um recorte do regime de verdade (FOUCAULT, 1999) que ajudou a definir o que conta como língua portuguesa brasileira nos escritos de um grupo de intelectuais dos anos 1940-1960. A escolha por este período se justifica por dois motivos: trata-se de um contexto de emergência da linguística acadêmica no Brasil; e trata-se de um período afetado por forte onda nacionalista que caracterizou o cenário político, cultural e acadêmico brasileiro. Nossa análise depreendeu três séries discursivas, organizadas em torno de alguns autores: (i) defesa da unidade linguística entre Portugal e Brasil, a partir do argumento centrado na concepção de língua como sistema, conforme proposto por Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia; (ii) defesa de uma diferenciação linguística entre Portugal e Brasil, a partir de critérios estruturais, com enfoque na gramática e no léxico e em defesa de uma dada brasilidade linguística, conforme os textos de Francisco da Silveira Bueno; (iii) defesa de uma diferenciação discursiva entre a língua de Portugal e a língua do Brasil, com enfoque em aspectos políticos e culturais, conforme as ideias de Edgard Sanches e Artur Neiva.

Essas três orientações constroem a relação entre homogeneidade-heterogeneidade linguística de maneiras diferentes, em que os elementos estruturais,

discursivos e políticos são manipulados de formas específicas, seja pela diferenciação e hierarquização entre elementos da língua (sintaxe, morfologia, léxico, fonética, prosódia e estilo), seja pela invisibilização ou hierarquização dos elementos africanos e indígenas na relação com a ideia de brasilidade. O pano de fundo político, fortemente embalado por ideais nacionalistas, deve ser levado em conta, em que campanhas de educação – com forte apelo para a modalidade letrada da língua – e culturais – com enfoque nos aspectos populares que definem a ideia de brasilidade – desempenharam papel relevante nos contornos a serem dados para a língua.

Salientamos, ainda, que as ditas heranças africanas na definição do português brasileiro ficaram relegadas a um lugar seja de inferiorização, na esteira das teorias rácio-biológicas que afetaram os conceitos de língua, seja de invisibilização ou de subalternização. Acreditamos que tal lugar atribuído às africanias ainda merece uma revisão teórica e crítica, dando a ver as relações de poder que afetaram a maneira como a ideia de língua portuguesa brasileira foi politicamente inventada.

Referências

- ALIM, Samy; RICKFORD, John; BALL, Arnetha (Orgs.). *Raciolinguistics: How Language Shapes Our Ideas About Race*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BRASIL. IBGE - Conselho Nacional de Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: 1956. (Série Nacional, volume I)
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- CASTILHO, Ataliba. *Estudos lingüísticos no Brasil: Notas para sua história*, 1962, p. 135-143. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3198/2925>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas Américas. *Interdisciplinar*, ano XI, v. 24, 2016, p. 11 – 24.
- _____. Marcas de africania no português brasileiro. *Africanias*,

Salvador, v. 1, 2011, p. 1-7. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1965.

ELIA, Sílvio. *A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

_____. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.

_____. Teremos um novo ocidente? In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1940].

ELTERMANN, Ana Cláudia Fabre. *O lugar das línguas africanas nos discursos sobre a brasilidade linguística*. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de Antônio Fernando Caiscais e Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Passagens, 1992.

_____. *Microfísica do Poder* (Org. Roberto Machado). 4. ed. Rio De Janeiro: Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 1933/2003.

NEIVA, Artur. *À guisa de prefácio*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/estudos-da-lingua-nacional/preambulo/11/texto>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 1888. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SANCHES, Edgard. Língua brasileira: introdução. In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1940].

_____. Língua Brasileira [Introdução]. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.11, 2015 [1949], p. 187-221. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SANTOS, Ademir Valdir dos; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. *Cadernos de História da Educação* v. 8, n. 2, 2009, p. 261-274.

SEVERO, Cristine Gorski. Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 94, 2018, p. 11-22.

_____. Políticas Linguísticas e Racismo. In: VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 2015, Córdoba. Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, v. 1, 2015, p. 403-409.

_____. Língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela. *Working Papers em Linguística (Online)*, v. 16, 2015a, p. 35-61.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1977.

_____. O dialeto brasileiro (fatores de diferenciação). In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1936].

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

Recebido em 26/07/2018.

Aprovado em 22/11/2018.